

REGULAMENTAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA E AS CAMPANHAS DOS TRABALHADORES POR HABITAÇÃO EM BELO HORIZONTE. (1912-1930)

DEIVISON GONÇALVES AMARAL*

Será sempre preferível uma população menos numerosa na área urbana, porém, saudável e cercada de todas as garantias de higiene, habitando prédios e áreas que tenham o conjunto harmonioso e perfeito previsto pela Comissão Construtora a vermos mesmo no coração da cidade verdadeiros bairros chineses, habitat predileto de todas as moléstias infecto-contagiosas [...].¹

O relatório do prefeito Olindo Meirelles, de 1912, traduz a ideia que marcou a concepção do planejamento urbano em Belo Horizonte: a depender da intenção dos urbanistas que planejaram a cidade e dos administradores, na nova capital mineira não haveria espaço para os setores populares. Com a normatização do viver na legislação urbana queria-se construir papéis sociais específicos e hierarquizar os usos do espaço urbano, reservando os limites da cidade ao seu objetivo primeiro, de ser a sede administrativa de Minas Gerais. Tentava-se, então, criar a “suspensão da vida cotidiana”² em prol da construção de uma cidade moderna que deixasse para trás as marcas do passado que caracterizavam a antiga capital, Ouro Preto, e que traduzisse o progresso que as elites políticas buscavam imediatamente após a Proclamação da República.

* Doutorando da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esse trabalho foi elaborado com base em pesquisa preliminar do doutorado, que conta com subvenção da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

¹ MEIRELLES, Olinto dos Reis. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito em setembro de 1912, referente ao exercício 1911-12. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1912, p. 8. Citado por FARIA, Maria Auxiliadora, GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1982. p.165-213. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. p. 36.

² VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte: cidade e política** – 1897-1920. 2001. 237 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. p. 104.

Belo Horizonte foi uma cidade planejada, no fim do século XIX, para ser a capital de Minas Gerais. O objetivo de seus idealizadores era criar uma cidade moderna baseada nos princípios higienistas do urbanismo do período. Idealizada para ser uma sede administrativa, o projeto original da cidade não previa a permanência dos trabalhadores que vieram construí-la. No entanto, desde a inauguração da nova capital, em 1897, foi preciso tratar de assuntos como as habitações populares e as condições de vida e trabalho desses trabalhadores. Esse quadro propiciou um intenso debate, nas primeiras décadas de existência da cidade, referente às condições de vida e ao direito à cidade.

Inventada como cidade burocrática, Belo Horizonte teve no processo de construção o elemento principal para o surgimento do proletariado. A formação do operariado belo-horizontino é, portanto, fruto da mão de obra empregada na construção da cidade. À medida que o ritmo das construções diminuiu, os trabalhadores foram absorvidos por outros setores da economia que se desenvolviam na cidade, como a indústria têxtil, metalúrgica, madeireira, cerâmica, alimentos e de serviços. Diferentemente dos modelos clássicos de surgimento do proletariado urbano, na capital mineira não foi a industrialização que deflagrou o processo de aparecimento das classes populares e, nesse aspecto, obedeceu principalmente a um sentido político, mais do que econômico.

É nesse contexto que quero pensar o movimento de ocupação do espaço urbano em Belo Horizonte pelos trabalhadores de 1909 a 1930, na dinâmica própria de uma cidade em construção. Desde o início das obras, os trabalhadores se assentaram em cafuas e barracões em terrenos afastados da cidade, sem condições adequadas. Apesar do desinteresse dos administradores da cidade em resolver a questão, os trabalhadores empreenderam intensas campanhas para resolução da questão da habitação. Essas ações se deram de duas formas: de um lado, pressão e negociação com o poder público para que se regulamentassem espaços para os trabalhadores na cidade e, de outro, a criação de estratégias próprias de auxílio aos trabalhadores na questão habitacional, com auxílios jurídicos oferecidos pela Confederação Católica do Trabalho para dirimir conflitos sobre posse de terrenos e construção de casas e, ainda, a criação da Cooperativa Constructora de Casas Operárias Limitada, em 1925.

BELO HORIZONTE: O COTIDIANO IMAGINADO PARA A CIDADE PLANEJADA

Belo Horizonte começou a ser construída em 1893 e foi inaugurada em 1897, quando Ouro Preto deixou de ser oficialmente a capital de Minas Gerais. Como pano de fundo dessa mudança está o processo de transição política da Monarquia para a República, que gerou intensa disputa das elites políticas mineiras sobre o local de instalação da nova capital. À época, os cafeicultores da Zona da Mata defendiam a transferência da capital para Juiz de Fora, até então a maior cidade do estado em economia e população, enquanto o restante das elites se uniu no projeto de construção de uma nova cidade. Responsável pela construção da primeira cidade planejada do Brasil, a equipe de Aarão Reis, engenheiro responsável pelo projeto, era formada pelos mais importantes nomes da engenharia e da arquitetura brasileiras da época. O projeto da cidade é reflexo da utopia urbana da cidade ideal, caracterizada pelas ideias de progresso, modernidade e higienismo.³ Seguindo esses princípios, cidades foram construídas ou reformadas pelo critério da divisão e circulação dos grupos sociais e os espaços reservados aos menos favorecidos eram escolhidos numa perspectiva segregatória.

Uma visão médico-sanitarista ocupava os urbanistas, que se preocupavam com a habitação popular e passaram a “discutir a questão da saúde dos incivilizados, no sentido de identificar as doenças para preveni-las ou extirpá-las”⁴. Segundo Margareth Rago, nessa época o medo das doenças sofreu uma ampliação de sentido e deslocou-se “para o problema moral: a degenerescência da raça, a degradação do espírito, a corrupção do trabalhador” e, finalmente, “uma ameaça política”. O medo das classes populares e todos os males a elas associados fez com que se buscasse disciplinar o uso dos espaços urbanos. Em Belo Horizonte, essa preocupação se transformou em uma

³ Exemplos de reformas urbanas baseadas nas teorias do higienismo são, na Europa, as reformas do Barão de Haussman em Paris, em meados do século XIX, e no Brasil, a reforma empreendida por Pereira Passos no Rio de Janeiro, no início do século XX. Ver, a título de exemplo, BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 446p.; CHALHOUN, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 190.

série de decretos-lei que dispunham sobre o comportamento nas ruas, o uso dos parques e praças públicas, as padrões para a construção das casas, etc.

Por ocasião da construção da cidade, uma grande quantidade de homens e mulheres se deslocou para a região do Curral Del Rey para trabalhar nas obras. Entre os trabalhadores que vieram para Belo Horizonte no início de sua construção foi significativa a presença de imigrantes estrangeiros, que vieram para trabalhar em colônias agrícolas ao redor da cidade e também como trabalhadores qualificados na construção civil.⁵ O objetivo era também o de abastecer a cidade com o desenvolvimento agrícola nas imediações.⁶ Segundo Michel Le Ven, a instalação de colônias rurais nos arredores da cidade não era justificada apenas pela garantia do abastecimento, havia também o intuito de criar um “cinturão verde” ao redor da cidade e de povoar os espaços vazios.⁷

Belo Horizonte foi planejada considerando todos esses aspectos. A preocupação médico-sanitarista fez com que se idealizasse uma cidade com largas avenidas, que favorece o fluxo de pessoas e fosse suficientemente arejada para que o vento afastasse os miasmas.⁸ Ademais, o projeto original não permitia a fixação da população trabalhadora, estrangeira ou não, na zona urbana da cidade, que era delimitada pela Avenida do Contorno, um “cordão sanitário” que circundava Belo Horizonte. Os preços dos lotes eram bastante elevados, e as exigências feitas aos compradores tornavam a compra possível apenas para pessoas com boas condições financeiras, o que não era uma característica dos migrantes e imigrantes recém-chegados para trabalhar na construção da cidade.⁹

⁵ Em 1912, 11,3% da população de Belo Horizonte era composta por estrangeiros, em maioria europeus. Desse universo, 67,67% eram italianos. As informações são do **Relatório da População de Belo Horizonte**, Imprensa Oficial, 1912.

⁶ DUTRA, Eliana. **Caminhos operários em Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec, 1988. 232p. p. 56.

⁷ LE VEN, Michel Marie. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). 1977. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais. p. 79.

⁸ Antes do desenvolvimento e aceitação científica da microbiologia, acreditava-se que as doenças eram transmitidas por miasmas, ou seja, que as doenças estavam associadas à putrefação e a maus odores e podiam se propagar pelo ar.

⁹ DUTRA, op. cit. p. 57.

O projeto inicial não previa a absorção desses trabalhadores, e sua presença era vista como transitória. Segundo Carlos Veriano, havia uma postura ao mesmo tempo discriminatória e regulatória no trato com os trabalhadores por parte dos poderes constituídos:

O afluxo de milhares de homens e mulheres em busca de um novo lar para viverem trouxe para os poderes constituídos na cidade uma postura dupla no trato com essa questão: a primeira, discriminatória, no sentido de exclusão desses novos agentes do projeto urbano da cidade; a segunda, regulatória, notabilizando-se pela intolerância aos pobres e suas práticas alternativas de sociabilidade.¹⁰

Embora segregados e regulados, como afirma Veriano, os trabalhadores logo iniciaram sua organização e buscaram conquistar espaços na cidade. Durante as primeiras décadas do século XX, foram significativos os esforços dos trabalhadores organizados em Belo Horizonte no sentido de reivindicar moradias operárias.¹¹ A pressão dos trabalhadores fez com que a prefeitura começasse a formalizar áreas para a criação de moradias para os operários, já nos primeiros anos após a inauguração da cidade. A primeira vila operária só foi criada, em 1909, na região do Barro Preto, localizada fora dos limites da Avenida do Contorno, que determinava a zona urbana.

Todas essas medidas regulatórias e, em contrapartida, as ações das classes populares em busca do direito à cidade fizeram parte do cotidiano dos trabalhadores de Belo Horizonte. A normatização do cotidiano tentava manter viva a concepção inicial da cidade. Como se deveria ocupar a cidade? Como ela se desenvolveria? Como se comportar e utilizar os espaços públicos e mesmo privados? Todas essas respostas podem ser encontradas em decretos e leis municipais que, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, buscavam normatizar o cotidiano da cidade. É o que se pode perceber no trecho abaixo:

¹⁰ VERIANO, op. cit. p. 123.

¹¹ É possível destacar a campanha pela habitação operária empreendida pela Confederação Católica do Trabalho, organização católica de trabalhadores, durante toda a década de 1920. Ver capítulo cap. 4 em minha dissertação de mestrado. AMARAL, Deivison G. **Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho (1919-1930)**. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Fica proibido o uso dos jardins públicos, praças e do parque municipal a pessoas ébrias, alienadas, indigentes, e as que não estiverem decentemente trajadas, e bem assim as que levarem consigo volumes excedentes de 30 centímetros de largura por 40 centímetros de comprimentos.¹²

O uso do espaço público é restringido pelo decreto de 1925 que, ao se referir a pessoas “não decentemente trajadas” e a “indigentes”, tenta afastar dos parques as pessoas em situação de pobreza. A normatização era direcionada às classes populares. Exemplo disso é que um tema recorrente nos decretos e leis do período é o “problema da vadiagem” e a “mendicância”.

Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no distrito da cidade, sem estar inscrito como mendigo no respectivo livro da prefeitura.

[...]

É considerado mendigo todo o indivíduo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos, nos termos da lei civil, e implorar esmolas...¹³

É interessante perceber como havia a necessidade de conceituar quem eram os pobres e os diferenciar dos trabalhadores. Isso pode ser percebido em outro decreto, que dispunha sobre a doação de terrenos a trabalhadores. O texto original do projeto previa a doação dos lotes às pessoas consideradas “reconhecidamente pobres”. Durante discussões no Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, o conselheiro Hugo Werneck apresentou emenda na qual pedia melhor definição de quem seria considerado pobre, já que para ele os indigentes não deveriam ser atendidos pela lei. A lei, segundo o conselheiro, deveria ser dirigida aos “proletários”, definidos como indivíduos que vivessem do seu trabalho e possuíssem pequenos recursos.¹⁴ Havia claramente uma grande preocupação em relação aos usos da cidade e a quem era reservado esse direito.

Sobre a questão, Carlos Veriano destaca o caráter policialesco da normatização do cotidiano da cidade nessa época e atribui o problema à “exclusão do trabalho autônomo do projeto urbano da cidade”¹⁵. Segundo o autor, trata-se do controle político da oferta de mão de obra de forma a garantir a oferta de trabalhadores especializados.

¹² Decreto-lei nº 10, 24/06/1925.

¹³ Decreto-lei nº 1435, 27/12/1900.

¹⁴ **Annaes do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte**. 2º Reunião, set. de 1919.

¹⁵ VERIANO, op. cit. p. 114.

Mais que isso, acredito que a normatização dos usos de Belo Horizonte traduz a tentativa de manter, ao menos em parte, a concepção primeira dos idealizadores, que a planejaram para ser apenas uma sede administrativa, modelo impraticável no cotidiano de qualquer cidade.

A capital criada para ser “festejada, observada como se fosse uma maravilha da ciência e da técnica, não para o uso, mas para a contemplação e exibição de seus modernos recursos”¹⁶ tentava se adequar à realidade: como qualquer outra cidade, administradores e cidadãos, classes políticas e populares, trabalhadores e patrões, todos teriam que compartilhar o mesmo espaço.

A HABITAÇÃO DOS TRABALHADORES

Diferentemente dos casos de Paris e do Rio de Janeiro, que passaram por reformas, Belo Horizonte já foi planejada sob a influência do urbanismo sanitarista, e o projeto da cidade não incluía as camadas populares na zona urbana. Esse fato, no entanto, não impediu que a questão das habitações populares fosse um problema para o poder público municipal. O grande número de trabalhadores que viviam em condições insalubres foi uma questão que surgiu já nos primeiros anos da cidade. A expulsão dos trabalhadores para áreas periféricas, aliás, não foi um fenômeno isolado. Cidades como Buenos Aires, Londres e Paris passaram pelo mesmo processo.

A questão das habitações operárias foi, nesse sentido, bastante problemática e ocupou de forma significativa o debate dos urbanistas e administradores públicos, no Brasil, no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Quando os administradores públicos e a sociedade em geral perceberam a urgência da questão das habitações populares, houve uma mudança de postura sobre o assunto, que virou um problema moral e político.

Em Belo Horizonte, o quadro não foi diferente nas primeiras décadas após sua fundação. A cidade teve que se adaptar e se reordenar para abrigar os trabalhadores. Os terrenos situados na zona urbana eram muito caros e tinham funções especificadas no

¹⁶ Id., Ibid., p. 105.

projeto da cidade. Havia os espaços reservados aos funcionários públicos, ao lazer, aos edifícios públicos, ao comércio, etc. Os habitantes sem recursos foram impelidos a buscar espaços na zona suburbana. Havia, ainda, os que de fato não conseguiam adquirir lotes nem na zona suburbana e ocupavam terrenos baldios e sem condições de saneamento.

O processo de ocupação de Belo Horizonte apresentou-se também de forma singular: o crescimento do tecido urbano ocorreu da periferia para o centro. A rigidez do plano da cidade, que destinava a área interna ao perímetro da Avenida do Contorno a funções específicas, expeliu para as zonas suburbanas e rurais as camadas populares. [...] A elevação dos preços dos lotes na zona urbana expulsou para a periferia os que demandavam a Capital em busca de emprego e melhores condições de vida.¹⁷

Surgia, então, uma nova questão política e social a ser resolvida, as habitações operárias. O caminho escolhido para resolver o problema, em Belo Horizonte, não fugiu ao objetivo primeiro dos idealizadores da cidade, que era o de manter a utopia de uma cidade moderna, hierarquizada e construída para os administradores públicos e para as elites em geral. Visto que para as elites políticas não interessava uma ocupação desordenada da cidade e muito menos uma classe trabalhadora insatisfeita, que pudesse se revoltar e atentar contra a ordem pública, o problema das habitações populares se constituiu como urgente questão política.

Os recenseamentos feitos na cidade nos anos de 1906 e 1912 dão a dimensão da quantidade de habitantes que ocupava as áreas urbana, suburbana e rural da cidade, bem como a ritmo do crescimento populacional. Em 6 anos, o aumento populacional foi de 120%, ou seja, uma média de 20% anualmente. Em 1912, a população total da cidade era de 38.822 habitantes.

¹⁷ FARIA e GROSSI, op. cit., p. 174.

População de Belo Horizonte por local de habitação em 1906 e 1912

	1906	1912
Zona urbana	7.694	12.033
Zona suburbana	5.847	14.842
Colônias, sítios e povoados	4.074	11.947

Fonte: Recenseamento do município de Belo Horizonte, iniciado em 12 de novembro de 1911 e terminado em junho de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial

Já o recenseamento de 1920 indicava, em números absolutos, uma população de 55.563 habitantes em Belo Horizonte e um total de 19.323 correspondiam à população declarada como ocupada. No entanto, há uma cifra de 36.037 habitantes “sem profissão ou profissão não declarada”, o que indica a possibilidade de aumento no número de trabalhadores na cidade.¹⁸

Isolados por um “cordão sanitário”, os trabalhadores começaram a construir habitações na zona suburbana, dando origem aos primeiros bairros operários. A primeira vila operária demarcada pela Prefeitura foi a região do Barro Preto, a partir de 1909¹⁹. No entanto, outras regiões na zona urbana e suburbana já eram ocupadas por trabalhadores em condições precárias. Um exemplo é a região da Barroca, que desde 1902 já era reclamada pelos trabalhadores. Segundo Renata Duarte,

O minucioso planejamento da nova capital de Minas Gerais não impediu as práticas e pressões populares: a classe trabalhadora ocupou pouco a pouco a zona urbana de Belo Horizonte, mais próxima dos seus locais de serviços. Um exemplo dessa ocupação ocorreu na Barroca e em 1902, havia cerca de 2.000 pessoas vivendo em favelas no interior da zona urbana.²⁰

O poder público municipal logo se preocupou com o problema, mas não sem pressão dos trabalhadores. As primeiras medidas, no final da primeira década do século XX, foram restritas e não resolveram a questão. Embora terrenos tenham sido doados, os prazos e os modelos de construção dados aos trabalhadores não eram cumpridos.

¹⁸ **Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1921.** Volume II (situação demographica). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

¹⁹ Decreto nº 2.486, do Governo do Estado.

²⁰ DUARTE, Renata Garcia Campos. **A experiência de ser tipógrafo e a ação da associação beneficente tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930).**

Durante a década de 1920, os trabalhadores da cidade, por meio de suas organizações, e sob a liderança da Confederação Católica do Trabalho²¹, fizeram intensa campanha visando a garantir a posse dos terrenos doados pela prefeitura nas vilas operárias, ampliar a concessão de lotes e o prazo para construção das casas. O objetivo era criar melhores condições para que o trabalhador pudesse construir sua moradia, além de melhorar as condições de salubridade das regiões ocupadas por trabalhadores. As discussões do Conselho Deliberativo da capital foram feitas após o envio de uma série de petições sobre o problema das organizações de trabalhadores. A Confederação Católica do Trabalho também criou a Caixa Beneficente Operária para financiar as obras de trabalhadores e facilitar a construção das casas.²²

Para o poder público, resolver essa questão representava também estabelecer uma nova sociabilidade, uma normatização do cotidiano da cidade, utilizando a ordenação do espaço urbano para conter os atributos de reivindicação e protesto que os trabalhadores pudessem vir a ter.

Se levarmos em conta o projeto urbano da cidade de Belo Horizonte, sua filosofia urbanística sugeriria uma população sem esses atributos [de reivindicação e protesto], colocando todos os indivíduos dentro de um padrão de conduta somente assimilável pelo projeto de engenharia ali criado. A cotidianidade seria substituída pelos cargos e hierarquias do novo município, os papéis sociais seriam predeterminados e as relações sociais seriam meros atos burocráticos. Considerando que o trabalhador ficasse na escala social mais baixa, poderíamos dizer que haveria uma suspensão de sua vida cotidiana, a favor de um fazer burocrático produzido pelos poderes públicos vigentes.²³

Mais que representar o reconhecimento dos trabalhadores como cidadãos que tinham direito à cidade, a busca por uma solução para a questão habitacional, em Belo Horizonte, nas primeiras décadas de sua existência, foi também uma tentativa de estabelecimento de regras para o convívio no espaço urbano. O fazer burocrático do poder público quis estabelecer o lugar social dos trabalhadores na cidade e reservar a

²¹ Espécie de central de sindicatos católicos que, pelo menos durante a década de 1920, dirigiu as ações da maioria das organizações de trabalhadores da cidade.

²² Caixa Beneficente Operária. **Estatutos**. 8 de dezembro de 1920, e Um apelo ao conselho deliberativo. **O Operário**. Anno II, n. 36. Belo Horizonte, 02 de mar. de 1922.p. 1.

²³ VERIANO, op. cit., p.104.

eles o lugar mais baixo na escala. A demarcação do espaço físico a ser ocupado pelos trabalhadores era também social. Prova disso é que as vilas operárias foram criadas sempre em locais da zona suburbana da cidade, o que demonstra a adoção de uma perspectiva segregacional e hierárquica na ordenação do espaço urbano.

Os trabalhadores que construíram Belo Horizonte fizeram do canteiro de obras a sua morada. Isolados da cidade que construíram, apertavam-se em barracos e cafuas nos arredores da nova capital, sem condições de salubridade adequadas. Sem serem reconhecidos como cidadãos de Belo Horizonte, o cotidiano dos trabalhadores nas primeiras três décadas de existência da cidade era marcado pelo longo trajeto até o trabalho, já que vivam fora da cidade, e por uma luta constante pelo lugar de morar. Mas acima de tudo, os trabalhadores viveram esses primeiros anos em busca de trabalho e de direito à cidade. Tiveram que se adequar a uma normatização que muitas vezes feria seus próprios costumes, mas reafirmaram sua vontade de fazerem parte da Belo Horizonte que construíram no antigo Curral Del Rey. As estratégias dos trabalhadores foram pressionar o poder público para a concessão de lotes e, por outro lado, criar condições de construção das casas para operários, sobretudo por meio da criação da Cooperativa Construtora de Casas, nos anos 1920. Minha intenção aqui foi demonstrar sucintamente algumas das dificuldades dos trabalhadores no processo primeiro de sua instalação em Belo Horizonte, sobretudo a normatização que se impôs aos usos da cidade e a hierarquização dos espaços públicos.